POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SEGURANÇA PÚBLICA

CAP EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO

CAP SÁVIO MARANHÃO CASCUDO

Diagnóstico da Preparação dos Policiais Militares do 12°BPM para domínio de indivíduos resistentes ou agressivos

João Pessoa

2025

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

CAP EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO
CAP SÁVIO MARANHÃO CASCUDO

Diagnóstico da Preparação dos Policiais Militares do 12°BPM para domínio de indivíduos resistentes ou agressivos

Artigo apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPE), da Polícia Militar da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.
Orientador: CEL. PMPE BENONI Cavalcanti Pereira
Linha de Pesquisa: Funções, Técnicas e procedimentos em Segurança Pública

João Pessoa
2025

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Diagnóstico da Preparação dos Policiais Militares do 12°BPM para domínio de indivíduos resistentes ou agressivos

EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO – CAP QOC
SÁVIO MARANHÃO CASCUDO – CAP QOC

RESUMO

O artigo investiga a preparação dos policiais do 12º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba para lidar com indivíduos agressivos. A pesquisa avalia a autoeficácia dos policiais, enfatizando a importância da formação e do treinamento recebidos. Utilizando questionários autoavaliativos, análise curricular e revisão bibliográfica, o estudo adota uma abordagem mista, com foco quantitativo e qualitativo. Um questionário com 11 perguntas foi aplicado a 139 policiais de Rádio Patrulhamento. Os resultados revelam que a confiança dos policiais tende a diminuir com o tempo de serviço. Muitos relatam não ter participado de simulações realistas durante a formação e a maioria não pratica defesa pessoal fora do ambiente de trabalho. O estudo destaca as percepções dos policiais sobre sua preparação, revelando lacunas significativas na formação e treinamento. Na conclusão, os dados evidenciam a urgência de aprimorar a formação e o treinamento, visando um preparo mais robusto e contínuo, para que os policiais estejam aptos a enfrentar desafios de forma eficaz em suas ações.
Palavras-chave: Preparação policial, Autoeficácia, Treinamento, Simulações realistas, Defesa Pessoal Policial

ABSTRACT

The article investigates the preparation of police officers from the 12th Battalion of the Military Police of Paraíba to deal with aggressive individuals. The research evaluates the self-efficacy of the officers, highlighting the importance of the training they receive. Utilizing self-assessment questionnaires, curricular analysis, and literature review, the study adopts a mixed approach, focusing on both quantitative and qualitative methods. A questionnaire with 11 questions was applied to 139 officers from the Radio Patrol division. The results reveal that officers' confidence tends to decrease with years of service. Many report not having participated in realistic simulations during their training, and most do not practice self-defense outside of the work environment. The study highlights officers' perceptions of their preparation, indicating significant gaps in training and formation. In conclusion, the data underscores the urgency of enhancing training and formation, aiming for a more robust and continuous approach, so that officers are adequately prepared to face challenges effectively in their actions.
Keywords: Police preparation, Self-efficacy, Training, Realistic simulations, Police self-defense.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **5**

2. REFERENCIAL TEÓRICO **5**

2.1 AUTOEFICÁCIA NA ATIVIDADE POLICIAL 5

2.2 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO 6

2.3 INDIVÍDUO RESISTENTE ATIVO OU AGRESSIVO 8

3 METODOLOGIA **11**

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA 12

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA 12

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS 12

3.3.1 Aplicação de Questionário **13**

3.3.2 Análise Documental **13**

3.3.3 Pesquisa Bibliográfica **14**

3.4 Análise dos Dados 14

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO **15**

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO 16

4.2 ANÁLISE DO MANUAL DE DEFESA PESSOAL POLICIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA 18

4.2.1 Base legal **19**

4.2.2 Memória, estresse e desempenho **19**

4.2.3 Etapas do aprendizado **20**

4.2.4 Realismo e contexto operacional **20**

4.2.5 Importância do treinamento continuado **21**

4.3 ANÁLISE DO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (CTSP) 22

4.3.1 Disciplina do uso diferenciado da força **23**

4.3.2 Disciplina de defesa pessoal policial **24**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **25**

REFERÊNCIAS **28**

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

1 INTRODUÇÃO

A realidade da segurança pública no Brasil tem sido marcada por intensos debates e críticas em relação às atuações dos policiais militares. Em um cenário onde as intervenções policiais frequentemente escalam para ações de força excessiva, surgem questionamentos sobre não apenas a ética das práticas adotadas, mas também sobre a formação recebida pelos agentes. Muitos policiais, ao serem confrontados em situações de resistência e agressão, demonstram não só dificuldades em dominar as técnicas de controle, como também acabam se tornando vítimas de agressões, resultando em lesões graves ou até mesmo em mortes. Esse contexto é alarmante e evidencia a necessidade de repensar e aprimorar os processos formativos das corporações policiais, especialmente no que diz respeito ao uso adequado e proporcional da força.

Este estudo tem como objetivo diagnosticar a preparação dos policiais do 12º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba em lidar com indivíduos resistentes e agressivos, com base no conceito de autoeficácia. Busca-se relacionar essa capacidade à formação inicial atualmente oferecida, investigando se os treinamentos estão atualizados conforme as diretrizes e pesquisas mais recentes da área técnica. O propósito é contribuir para a melhoria da segurança dos agentes e da população, por meio de intervenções que sejam não apenas eficazes, mas também eficientes, éticas e respeitosas aos direitos dos cidadãos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AUTOEFICÁCIA NA ATIVIDADE POLICIAL

A autoeficácia na atividade policial refere-se à crença dos agentes em sua capacidade de resolver ocorrências que envolvam indivíduos resistentes ativos ou agressivos. A teoria da autoeficácia, desenvolvida por Albert Bandura no âmbito da Teoria Social Cognitiva, propõe que profissionais que acreditam em suas próprias habilidades tendem a apresentar maior desempenho, produtividade e inovação em suas ações. Segundo Bandura (1977), a autoeficácia influencia diretamente a maneira como as pessoas pensam, se motivam e se comportam, constituindo-se como um fator central no processo de mudança comportamental.

A leitura da autoeficácia dos policiais militares do 12º BPM terá como base a percepção das experiências de sucesso que cada policial vivenciou no exercício da função (Domínio

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Direto), especialmente em situações que exigiram o uso de técnicas de imobilização e defesa pessoal. De acordo com Bandura (1977), a experiência de domínio direto é a fonte mais poderosa para o fortalecimento da crença de autoeficácia, pois proporciona ao indivíduo evidências concretas de sua capacidade de agir eficazmente em situações desafiadoras. Esse conceito fundamenta-se na promoção de um sólido senso de eficácia a partir das vivências práticas do próprio agente.

Bandura (1977) afirma ainda que os êxitos alcançados pelo indivíduo favorecem a formação de uma robusta crença na eficácia pessoal, em contrapartida, os insucessos podem prejudicá-la, especialmente se ocorrerem antes que um sentimento de eficácia esteja solidamente consolidado. Bandura (1977) também alerta para a necessidade de se corrigir concepções errôneas onde a autoeficácia deve ser compreendida como uma avaliação da capacidade pessoal, não devendo ser confundida com a autoestima, que limita-se à avaliação do amor-próprio (BARROS; SANTOS, 2010).

Nesse contexto, investigar as capacidades técnicas de cada Policial Militar se torna uma ferramenta essencial para garantir que os agentes de segurança atuem de forma eficaz e respeitosa. Levando em consideração que o uso da força pelo Estado, especialmente nas ações da Polícia Militar, é um tema que sempre provoca debates significativos sobre legalidade, ética e direitos humanos, fatores que refletem diretamente na imagem Institucional. Portanto aferir nível a autoeficácia dos policiais militares quanto a eficiência da preparação recebida para lidar com indivíduos resistentes ativos ou agressivos é uma questão que ressoa em toda a sociedade, especialmente em um momento em que a atuação das forças de segurança é constantemente observada sob a lente crítica da opinião pública.

2.2 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO

Conforme estabelecido no novo Manual de Defesa Pessoal da Polícia Militar da Paraíba, "o treinamento contínuo, focado na preservação da dignidade humana, é fundamental nesse processo" (PARAÍBA, 2024, p. 11). Essa diretriz enfatiza que a capacitação policial não deve se restringir ao domínio técnico, mas também envolver um profundo entendimento dos direitos dos cidadãos e dos princípios éticos que regem a atuação policial.

A formação e o treinamento dos policiais militares são elementos fundamentais para assegurar intervenções eficazes em situações de estresse. Lima (2002) enfatiza que a inaptidão profissional frequentemente decorre de processos formativos desconectados da realidade operacional, sugerindo que o reconhecimento de deficiências na formação pode representar uma

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

oportunidade para reestruturar o modelo educacional nas instituições de segurança pública.

Rocha Neto (2022) reforça a necessidade de integração entre teoria e prática nos programas de formação, destacando que o uso de simulações encenadas com alto grau de realismo e a aplicação de tecnologias como o biofeedback têm se mostrado eficazes no aprimoramento técnico e emocional dos policiais. Essas estratégias permitem que os agentes experimentem pressões similares às da atividade real, favorecendo a internalização de habilidades de enfrentamento.

De forma convergente, Santos e Menezes (2022), em *Cognição e Combate: Fundamentos Cognitivos do Tiro de Combate*, argumentam que a formação deve respeitar a curva de aprendizagem individual, estimular a autocrítica e promover o progresso gradual, ressaltando a importância da cognição e da memória na atuação sob estresse. Para os autores, todo o percurso formativo deve evitar a supressão de etapas essenciais, sob pena de comprometer a eficácia operacional do agente.

Complementando essa perspectiva, Rocha Neto (2022) apresenta uma proposta fundamentada na Análise do Comportamento, defendendo a aplicação de práticas de treinamento baseadas em condicionamento operante e respondente. O modelo proposto enfatiza a modelagem comportamental, o reforçamento positivo e a exposição controlada a estressores típicos da atividade policial, com o objetivo de fortalecer repertórios compatíveis com os princípios de legalidade, proporcionalidade e autocontrole.

A Resolução nº 12/2016 do Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública (BRASIL, 2016) também sublinha a importância da formação contínua, ética e baseada em práticas realistas, reiterando que os profissionais de segurança devem ser capacitados para utilizar a força de maneira proporcional e fundamentada. Neste mesmo diapasão, a Portaria 855/2025 do Ministério da Justiça e Segurança pública que estabelece diretrizes sobre uso da força para Profissionais de segurança Pública (BRASIL, 2025) , em seu artigo 6º- V explica que o "*uso da força em segurança pública deverá observar a força deve ser empregada com bom senso, prudência e equilíbrio, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, com vistas a atingir um objetivo legítimo da aplicação da lei*".

Pesquisas internacionais corroboram essas recomendações. Koedijk et al. (2019), em estudo realizado com agentes penitenciários na Holanda, demonstraram que treinamentos baseados em cenários realistas resultaram em melhorias significativas no desempenho, embora persistissem lacunas em habilidades específicas. Os autores destacam a necessidade de incorporar mais cenários complexos e dinâmicos, aproximando o treinamento da imprevisibilidade dos eventos reais.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

De maneira similar, Renden (2016), em pesquisa conduzida no Instituto de Ciências do Movimento Humano de Amsterdam, demonstrou que treinamentos de autodefesa baseados em reflexos primários aumentam a eficácia dos policiais em ambientes confinados e de alta pressão. O autor defende que os treinamentos devem priorizar comportamentos representativos das situações reais, ao invés de focar apenas no refinamento isolado de técnicas.

Santos (2021) complementa essa abordagem ao alertar que muitas metodologias de formação adotadas nas instituições de segurança pública permanecem dissociadas da realidade enfrentada nas ruas. Técnicas ineficazes, ensinadas como padrão, podem comprometer não apenas a segurança dos operadores, mas também da população, ou favorecer o êxito de agressores. Nesse sentido, torna-se imperativo que as instituições de ensino policial adotem práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas, adaptando seus currículos à complexidade e imprevisibilidade dos contextos operacionais contemporâneos.

Assim, a literatura aponta para a necessidade de uma formação policial que integre teoria e prática, contemple a preparação psicológica, respeite a curva individual de aprendizagem e esteja ancorada em metodologias realistas e experimentadas. Somente dessa forma será possível fortalecer a confiança, a competência técnica e a capacidade de gestão emocional dos profissionais da segurança pública, garantindo intervenções mais eficazes, éticas e seguras.

2.3 INDIVÍDUO RESISTENTE ATIVO OU AGRESSIVO

A complexidade das situações operacionais enfrentadas pela Polícia Militar, especialmente aquelas que envolvem resistência ou agressividade, exige o uso diferenciado e proporcional da força. Como destaca Greco (2019), a atuação policial deve observar os princípios da necessidade e moderação para que a intervenção seja legítima. No cenário atual, torna-se essencial que os policiais possuam alta capacidade técnica para distinguir entre um indivíduo agressivo e um resistente.

Indivíduos agressivos são definidos como aqueles cujos comportamentos visam causar dano físico ou psicológico, buscando intimidar ou ferir terceiros. Nesse sentido, Anderson e Dill (2000, p. 772) conceituam a agressão como "o comportamento intencional que visa causar dano físico ou psicológico a outra pessoa". Em contraste, indivíduos resistivos caracterizam-se por apresentar oposição à autoridade estabelecida, frequentemente desafiando normas ou recusando-se a cooperar com intervenções policiais. Considerando que Torres (2022) mostra

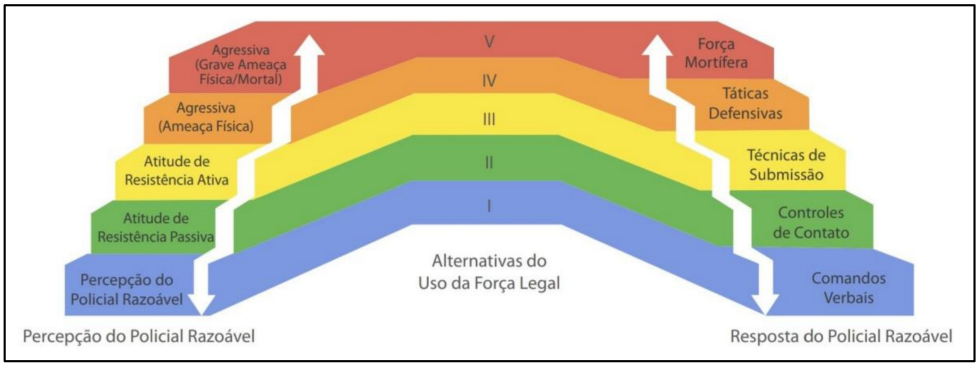
CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

como o principal modelo de uso da força utilizado pelas forças policiais, o FLECT, desenvolvido nos EUA conforme pode ser visto no gráfico 01.

Gráfico 01 - Modelo FLECT do uso da força



Fonte: Torres (2022).

De acordo com Torres (2022), a distinção entre indivíduo resistente e indivíduo agressivo é fundamental para a correta aplicação do uso diferenciado da força no contexto policial. O autor classifica como resistência física passiva aquele comportamento no qual o cidadão se recusa a obedecer às ordens legais do policial, sem, no entanto, apresentar ações ofensivas, como ocorre quando a pessoa se esquiva, senta ou se deita no chão para impedir a condução.

Já a resistência ativa ocorre quando o indivíduo realiza ações físicas que dificultam diretamente a atuação policial, como empreender fuga ou utilizar movimentos corporais e até mesmo agressões para impedir a contenção policial. Enquanto que o indivíduo agressivo é tipificado a partir da agressão não letal que envolve atos em que o cidadão utiliza objetos contundentes, como pedras ou barras de ferro, com a intenção de causar lesões, embora sem o animus de matar. A agressão letal, por sua vez, é caracterizada apenas pela intenção ou pela criação de risco concreto à vida do policial ou de terceiros, podendo ocorrer mesmo sem o uso de armas, como em casos de socos e chutes direcionados à cabeça de alguém caído (TORRES, 2022, P.6)

Essa diferenciação proposta pelo autor, no entanto, apresenta certa ambiguidade, visto que algumas formas de agressão física direta são classificadas como resistência ativa e não como agressão, o que pode gerar confusão operacional e jurídica. Sob a ótica legal, o Código

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Penal Brasileiro, em seu artigo 129, define como crime de lesão corporal qualquer ofensa à integridade física ou à saúde de outrem, o que permite inferir que um ato de agressão física direta, mesmo sem arma, já caracteriza agressão e não mera resistência, sendo, portanto, passível de resposta proporcional por parte do agente da lei (BRASIL, 1940).

Assim, considerando a definição de Dill e o modelo FLECT, indivíduo agressivo se compara com indivíduo em resistência ativa e agressivo devendo ter a resposta policial com técnicas de submissão e táticas defensivas, bem como indivíduo, pelo conceito de Dill, se equivale ao Indivíduo em resistência passiva, onde resposta policial seria controle de contato.

De acordo com Ritchie *et al.* (1999), a resistência pode manifestar-se não apenas de forma verbal, mas também por meio de ações físicas, o que caracteriza um cenário de potencial conflito. A pesquisa de Rocha Neto (2022) indica que práticas de treinamento, como simulações encenadas e o uso de *biofeedback*, têm mostrado resultados positivos na preparação dos policiais para a gestão de situações que exigem a aplicação da força. A definição de indivíduos agressivos e resistentes é crucial neste contexto, pois requer um entendimento claro de como intervir de maneira eficaz e segura. O estudo também destaca que a prática de artes marciais está relacionada a um desempenho mais eficaz em situações que envolvem o uso da força, evidenciando a importância de uma formação que valorize tanto a capacitação técnica quanto o fortalecimento da disciplina emocional e do autocontrole, aspectos essenciais para o sucesso das intervenções policiais.

A formação e o treinamento adequados são fundamentais para preparar os policiais para atender ocorrências que envolvem resistência ou agressão. Nesse contexto, o artigo de Vera-Jiménez *et al.* (2016) explica a relevância do treinamento em procedimentos táticos operacionais (OTP), que promovem a segurança durante intervenções e visam minimizar lesões tanto para os cidadãos quanto para os próprios policiais. Vera-Jiménez (2020) destaca que os Procedimentos Táticos Operacionais (OTP) fundamentam-se em três pilares essenciais: a legislação que regulamenta o uso da força, os limites definidos pela medicina legal quanto às lesões que podem ser infligidas, e a necessidade de reduzir as lesões sofridas pelos policiais durante as ações.

O excesso tem como marco fundamental o momento em que o agente com intenção de repelir a agressão pela qual a ele era praticada, ultrapassa os limites para a cessação da agressão, excedendo da força, ou dos meios que a ele são utilizados no momento para a interrupção da agressão, que responderá pelos resultados praticados na forma ilícita. O excesso pode ser considerado doloso ou culposo (GRECO, 2019). Essa abordagem é fundamental para repensar

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

o modo como os policiais são treinados, especialmente em contextos que exigem respostas rápidas e eficientes, onde o uso da força deve ser proporcional e necessário.

A eficácia do treinamento em técnicas de defesa pessoal e imobilização pode ser evidenciada em estudos que mostram que intervenções físicas resultam em um aumento significativo de lesões entre os oficiais, particularmente quando o treinamento é insuficiente ou inadequado (Nieuwenhuys et al., 2009). É importante que as instituições que formam os policiais considerem a integração de métodos contemporâneos de treinamento, que não apenas reduzam a incidência de lesões entre os oficiais, mas também aumentem a confiança destes ao enfrentarem situações de alta pressão. Por conseguinte, é necessário investigar rigorosamente como o treinamento existente no 12° BPM se alinha com as melhores práticas estabelecidas por pesquisas recentes, que propõem uma combinação de treinamento técnico com ênfase no uso proporcional da força. Com isso, espera-se não apenas criar uma força policial mais eficiente e confiante, mas também assegurar que os direitos humanos sejam respeitados e que a imagem da instituição seja fortalecida durante seu desempenho cotidiano.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa e qualitativa (metodologia mista). Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva tem como objetivo observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, enquanto a pesquisa exploratória busca proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito.

A opção pela abordagem mista fundamenta-se em Creswell e Plano Clark (2014), que destacam que a combinação de métodos quantitativos e qualitativos permite uma compreensão mais abrangente e aprofundada do fenômeno estudado, potencializando a validade dos resultados.

O objetivo principal deste estudo é diagnosticar a preparação dos policiais militares atuantes na Radiopatrulha do 12º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba (12º BPM), com ênfase na avaliação de sua autoeficácia no enfrentamento de indivíduos resistentes ativos ou agressivos. Para alcançar tal objetivo, adotou-se uma triangulação metodológica envolvendo a aplicação de questionário estruturado, a análise curricular do Curso de Formação de Soldados da PMPB e a pesquisa bibliográfica em fontes acadêmicas. Essa combinação de métodos possibilitou uma abordagem integrada e crítica sobre a formação policial, contribuindo para a

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

formulação de estratégias de aprimoramento baseadas em evidências, conforme orientam Creswell e Plano Clark (2014).

3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

O 12º BPM possui importância estratégica para o Sertão do estado da Paraíba, atuando na 18ª Área Integrada de Segurança Pública (AIS), conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 111, de 14 de dezembro de 2012. Sua jurisdição abrange onze municípios e uma população estimada de 117.816 habitantes, distribuída em uma área de 3.034 km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

O efetivo disponível para o serviço ostensivo na época da pesquisa era composto por 45 Soldados, 47 Cabos e 67 Sargentos, totalizando 159 policiais. Este contingente representa cerca de 0,74 policiais por mil habitantes, índice inferior aos parâmetros recomendados pela International Association of Chiefs of Police (IACP), que propõem entre 1,8 e 2,6 policiais por mil habitantes (BRASIL, 2022).

Além disso, enquanto a média nacional é de um policial para cada 21 km², na área de abrangência do 12º BPM há um policial para cada 67 km², evidenciando uma sobrecarga operacional expressiva. Tal realidade reforça a necessidade de treinamentos técnicos e estratégicos específicos, preparados para a complexidade dos cenários enfrentados (BRASIL, 2022).

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

O público-alvo da pesquisa foi composto pelos policiais militares habilitados para o serviço de Radiopatrulhamento no 12º BPM. A participação foi voluntária, mediante assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado na plataforma Google Forms.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, foram utilizados três instrumentos principais: (1) a aplicação de questionário estruturado aos policiais militares do 12º BPM; (2) a análise documental da grade curricular do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (PMPB); e (3) a pesquisa bibliográfica em fontes acadêmicas e técnicas pertinentes ao tema. Esses

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

procedimentos possibilitaram a obtenção de informações complementares e a construção de uma análise integrada sobre a formação e o preparo técnico dos participantes.

3.3.1 Aplicação de Questionário

O questionário autoavaliativo foi elaborado em formato digital e aplicado exclusivamente pela plataforma Google Forms, após autorização do Comandante da unidade. Antes de iniciar o preenchimento, todos os participantes leram e aceitaram eletronicamente o TCLE referente à pesquisa intitulada Diagnóstico da Preparação dos Policiais Militares do 12º BPM para Domínio de Indivíduos Resistentes ou Agressivos.

A ferramenta permitiu a coleta direta das percepções, experiências e opiniões dos agentes quanto ao seu preparo técnico e à autoeficácia operacional em situações de resistência ativa ou agressividade. Conforme Gil (2010), a abordagem quantitativa considera que os fenômenos podem ser representados numericamente, viabilizando sua classificação e análise estatística.

O questionário foi composto por 11 questões, distribuídas em blocos temáticos:

- Identificação profissional: graduação (Soldado, Cabo ou Sargento) e tempo de atuação operacional;
- Vivência operacional com indivíduos resistentes: frequência de enfrentamento, nível de confiança e grau de dificuldade percebido;
- Capacitação técnica recebida: avaliação do curso de formação, simulações realistas e tempo desde o último treinamento;
- Treinamento complementar: práticas extracurriculares e percepção da necessidade de reforço institucional;
- Sugestões de aperfeiçoamento: campo dissertativo para propostas espontâneas dos participantes.

As respostas foram tratadas com total anonimato e confidencialidade, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

3.3.2 Análise Documental

Em uma segunda etapa, procedeu-se à análise da grade curricular do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) e do *Currículo do Curso de Formação de Soldados PM – Combatente* (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018), com

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

ênfase nos conteúdos voltados à defesa pessoal policial. Tal análise objetivou avaliar a conformidade da formação com as exigências operacionais relativas ao uso da força e ao enfrentamento de situações de resistência ativa..

Conforme Silva Filho e Moreira (2018, p. 31), "a disciplina de Defesa Pessoal Policial contribui para o aprimoramento de atributos cognitivos, controle emocional, autoconfiança, disciplina intelectual, comprometimento e resiliência". Adicionalmente, Awary (2023) ressalta que a avaliação de resultados em treinamentos permite identificar lacunas de aprendizagem e reorientar os conteúdos programáticos.

A análise documental também foi fundamentada na Resolução nº 12/2016 do Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública, que estabelece que "é imprescindível que as instituições de segurança pública ofereçam formação adequada e contínua, focando no manejo de situações de resistência e no uso da força" (BRASIL, 2016).

3.3.3 Pesquisa Bibliográfica

Por fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de sustentar teoricamente as análises anteriores e identificar boas práticas de formação policial. A revisão abrangeu textos acadêmicos, artigos científicos e estudos de caso que discutem o preparo técnico, psicológico e físico de policiais militares, especialmente metodologias voltadas à redução do uso indevido da força.

Segundo Gomes, Pereira e Lima (2022), a revisão bibliográfica é etapa essencial da pesquisa científica, pois permite identificar lacunas teóricas, aprofundar a compreensão do fenômeno estudado e orientar a metodologia adotada. Nesse sentido, Körner e Staller (2020) defendem a integração entre teoria, prática e treinamento continuado como elemento-chave para a transferência efetiva de habilidades. De modo convergente, Creswell e Plano Clark (2014, p. 5) destacam que “a utilização de métodos quantitativos e qualitativos em conjunto pode enriquecer a pesquisa, permitindo uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, onde um método complementa e nutre o outro”.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados quantitativos obtidos no questionário foram analisados por meio de estatística descritiva (frequências, percentuais e médias), apresentados em tabelas e gráficos. As respostas

CPMOFN202537966A

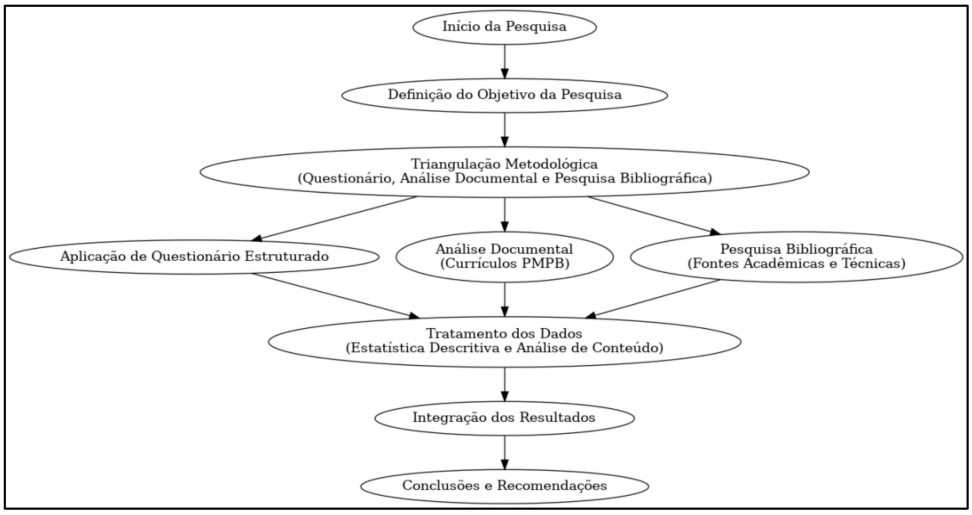
Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

abertas foram submetidas a uma análise de conteúdo, visando à categorização temática e à interpretação crítica das percepções dos respondentes.

A triangulação entre os métodos aplicados — questionário, análise curricular e pesquisa bibliográfica — possibilitou uma abordagem integrada e crítica sobre a formação policial, contribuindo para a formulação de estratégias de aprimoramento baseadas em evidências. De acordo com Creswell e Plano Clark (2014), a combinação de diferentes métodos de coleta e análise de dados enriquece a compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que um método complementa e fortalece os resultados obtidos pelo outro. O Fluxograma 1 a seguir apresenta de forma esquemática as etapas metodológicas adotadas no desenvolvimento da pesquisa, desde a definição dos objetivos até a elaboração das conclusões e recomendações finais.

Fluxograma 1 — Processo de coleta de dados



Fonte: Elaboração dos autores (2025)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de todo material constituído, exploramos as percepções dos policiais do 12º batalhão da paraíba acerca do domínio de indivíduos resistentes, as análises permitem vislumbrar uma lacuna significativa entre o que é ensinado e a realidade enfrentada no dia a dia das operações. Adicionalmente, observamos que o tempo destinado ao aprendizado das técnicas de defesa pessoal pode ser insuficiente diante da complexidade da atuação policial. A formação não abrange adequadamente aspectos emocionais e psicológicos, como controle do estresse e comunicação em momentos de crise, elementos essenciais para uma atuação segura e legal.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Essa jornada em direção ao aprimoramento das competências dos policiais é não só essencial para a segurança pública, mas também para a construção da confiança da sociedade nas forças de segurança.

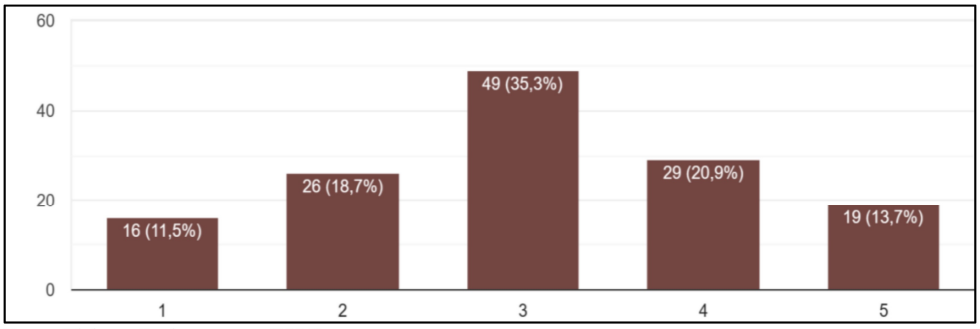
4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO APLICADO

A pesquisa aplicada aos policiais do 12º BPM revelou dados relevantes sobre o nível de autoconfiança e percepção da formação em técnicas de defesa pessoal. Foram entrevistados 139 militares, entre os respondentes, 24,5% pertencem à graduação de Cabo, com predominância de profissionais com mais de 10 anos de serviço (30,9%) e de 6 a 10 anos (22,3%). A faixa de 1 a 5 anos representa 16,5%, indicando uma amostra com significativa experiência operacional.

Soldados apresentaram uma pontuação média de confiança (3.27), seguidos por Sargentos (3.05) e Cabos (2.85). Isso pode indicar que os soldados, por estarem mais recentemente treinados ou mais expostos à linha de frente, se sentem mais preparados. A confiança tende a cair com o tempo de serviço.

Os policiais com 1 a 5 anos possuem confiança pontuação média de 3.22, enquanto os com 10 a 20 anos caem para 2.77, possivelmente por frustrações acumuladas ou maior consciência das limitações operacionais. O Gráfico 2 a seguir mostra a quantidade de policiais em relação à pontuação de 0 a 5 do nível de confiança destes para atender ocorrências com indivíduos resistentes e agressivos.

Gráfico 2 — Número de Policiais por Nível de Confiança



Fonte: Elaboração dos autores (2025)

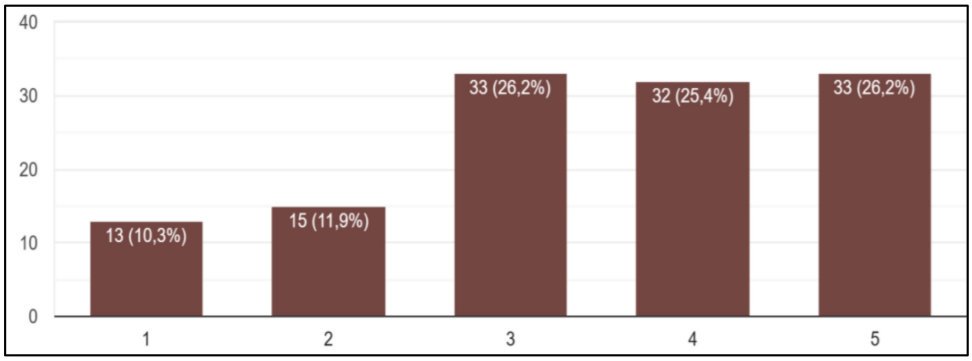
CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Apenas 30,9% afirmaram não passaram por simulações realistas, os dados revelam uma fragilidade na estrutura de formação, limitando a capacidade de antecipação e elaboração de estratégias diante de situações críticas. A falta de cenários simulados compromete a antecipação de resultados esperados em ocorrências complexas, prejudicando a autoeficácia comportamental dos policiais em campo. A habilidade de determinar a forma de agir, elaborando planos e estratégias para sua execução, está relacionada a experiências passadas, das quais os resultados esperados de ações futuras são antecipados. (BARROS; SANTOS, 2010, p. 3). O Gráfico 3 a seguir mostra a pontuação de 0 a 5 do nível de dificuldade por quantidade de policiais, quando é necessário usar a força para imobilizar algum indivíduo resistente.

Gráfico 3 — Número de Policiais por Nível de Dificuldade para Imobilizar



Fonte: Elaboração dos autores (2025)

O gráfico acima evidencia uma deficiência técnica, que pode ser relacionada com outro dado que mostra que 87,1% dos policiais não praticam defesa pessoal ou lutas fora da corporação, o que reduz a continuidade do desenvolvimento técnico. Os indivíduos acompanham suas próprias condutas e ajustam suas ações [...] realizam atividades que lhes proporcionam satisfação e um sentido de valorização pessoal (BARROS; SANTOS, 2010, p. 3). Esse dado reforça a necessidade institucional de oferecer treinamentos regulares e não depender apenas da iniciativa pessoal dos agentes, fortalecendo assim a autoconfiança e a motivação baseada na padronização das ações institucionais.

Os dados da pesquisa mostram que apenas 1,4% afirmaram não precisar de mais treinamento, contra os 98,6% dos profissionais que demonstram grande consciência da necessidade de atualização constante e reconhecem a necessidade de mais capacitação. Isso indica que há uma reflexão crítica sobre as próprias capacidades, o que está diretamente relacionado ao conceito de autorreflexão, uma das quatro dimensões da agência humana,

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

alinhando-se às diretrizes de formação continuada e preparo técnico estabelecidas pela Resolução nº 12/2016 do Conselho Nacional de Segurança Pública (Brasil, 2016).

A ampla percepção entre os policiais de que precisam de mais preparo técnico e tático em defesa pessoal demonstra um exercício evidente de autorreflexão. Os agentes estão conscientes de seus limites e desejam superá-los, algo fundamental para o desenvolvimento da autoeficácia, significando desafios na transferência de habilidades para o ambiente operacional. Os agentes analisam o próprio desempenho. Eles ponderam sobre sua eficácia, motivações e valores, realizando as correções que se fazem necessárias. Conforme observado por Körner e Staller (2020), a eficácia do treinamento reside na capacidade de replicar cenários do mundo real. A pesquisa revela que muitos policiais não se sentiram suficientemente preparados após o último curso de formação, o que sugere que o treinamento atual carece de simulações que reflitam as situações que eles enfrentam no campo. Menos de 30% dos entrevistados relataram ter participado de simulações práticas em seus treinamentos, o que sublinha a necessidade crítica de integrar mais exercícios que imitem a realidade de operações policiais.

A pesquisa também faz ecoar a proposta de treinamentos frequentes e especializados, como aulas de jiu-jitsu, Crav-Magá e outras artes marciais, que foram sugeridas por diversos participantes. Essas técnicas são vistas não apenas como um modo de melhorar capacidade de imobilização, mas também como ferramentas para aumentar a confiança e o autocontrole dos policiais. A prática de esportes de combate poderia, portanto, fortalecer habilidades de resolução de conflitos sem o uso excessivo da força. A necessidade de um treinamento que não só aborde habilidades físicas, mas que também considere o gerenciamento do estresse e a dinâmica de equipe, é essencial para a eficácia das intervenções policiais.

4.2 ANÁLISE DO MANUAL DE DEFESA PESSOAL POLICIAL DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

O manual realiza uma proposta ética e juridicamente fundamentada da disciplina de Defesa Pessoal Policial (DPP), com base no respeito aos direitos humanos, princípios da legalidade, proporcionalidade e razoabilidade (PMPB, 2024). Além disso, vincula suas práticas à legislação atual de uso da força, o que demonstra consonância com os princípios nacionais sobre uso progressivo da força.

No entanto, como aponta Miranda (2008, p. 3), “os métodos pelos quais os conhecimentos são ensinados determinam o resultado do sistema de ensino”. Isso impõe a necessidade de analisar não apenas o conteúdo, mas a forma como o conhecimento é

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

transmitido e fixado, especialmente considerando a atuação sob estresse, que é a realidade operacional da atividade policial. O treinamento funcionaria como um processo de condicionamento, que é necessário para adquirir conhecimentos relativos à destreza de movimento (MIRANDA, 2008, p. 4).

4.2.1 Base legal

O Manual de Defesa Pessoal Policial – CFSD PMPB (2024) mostra conformidade com o sistema jurídico brasileiro ao afirmar que a utilização da força deve estar atrelada à legalidade, proporcionalidade e necessidade, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, no Código Penal Brasileiro (art. 23 e art. 25) e na Lei 13.060/2014.

Em termos de formação cidadã, o manual reafirma seu compromisso com a legalidade, ética e proporcionalidade, mencionando também a Lei 13.869/2019 que regulamente inteiramente os crimes de abuso de autoridade. Contudo, como observa Miranda (2008), respeitar os direitos não é uma questão meramente normativa, mas sim uma transformação nas práticas institucionais. A cidadania não se forma apenas através da alteração das leis, mas também por meio da transformação de práticas (MIRANDA, 2008, p. 5).

No contexto apresentado, a utilização da força possui amparo jurídico quando executada dentro dos parâmetros da legítima defesa, que se configura como uma justificativa para a exclusão da ilicitude, desde que não haja excesso passível de punição (BRASIL, 1940). Conforme indicado por Greco (2019), o excesso se verifica quando o agente excede os meios necessários para repelir a agressão, o que resulta em sua responsabilidade penal.

Assim sendo, é possível afirmar que o conteúdo programático do manual analisado realiza um sólido fundamento jurídico. Além disso, recomenda-se que sejam incorporados ao conteúdo teórico da disciplina de Defesa Pessoal Policial estudos de casos que promovam discussões sobre dilemas morais e estratégias de escalonamento da força, integrando técnica e avaliação ética sob uma perspectiva jurídica.

4.2.2 Memória, estresse e desempenho

Embora o manual preveja a repetição constante das técnicas para que se tornem “atos reflexos”, não contempla formalmente a avaliação dessas habilidades em cenários realistas sob estresse controlado, o que limita o desenvolvimento da memória implícita de longo prazo, crucial para a ação automática em situações críticas.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

De forma similar ao apontado por Santos (2021), Koedijk et al. (2019) identificaram que, mesmo após a conclusão do treinamento, um percentual expressivo dos agentes penitenciários (entre 4% e 73%) não apresentava desempenho satisfatório em cenários simulados de realidade. Isso reforça a tese de que o simples domínio técnico isolado não garante transferência de aprendizagem para a prática real, especialmente quando o treinamento não reflete adequadamente o ambiente operacional.

Além disso, os autores destacam que o uso de ambientes e vestimentas não representativos durante os treinamentos compromete o desempenho posterior dos agentes em situações realistas. Técnicas complexas e protocolos extensos não serão efetivamente aplicados pelo operador de segurança em cenários policiais marcados pela violência" (SANTOS, 2021, p. 51). Logo, o treinamento deveria integrar de forma explícita simulações com carga de estresse crescente, o que ainda não é mencionado metodologicamente no manual. Isso seria fundamental para a consolidação de memórias procedimentais, a exemplo de técnicas de chaves de articulação.

4.2.3 Etapas do aprendizado

O manual acerta ao sugerir progressão gradual do ensino – do simples ao complexo, com introdução progressiva de uniformes, apetrechos e exercícios táticos. Isso se relaciona com o modelo de aprendizagem motora, que compreende três fases: cognitiva, associativa e autônoma (SANTOS, 2021, p. 57).

No entanto, o manual não faz distinções claras entre essas fases, nem realiza critérios objetivos para avaliar o avanço do aluno. Segundo Salehi *et al.* (2021), a transição entre estágios de aprendizagem exige tempo, motivação, prática dirigida e feedback específico – elementos que ainda carecem de formalização no documento da PMPB. "Habilidades com maior complexidade podem necessitar de várias semanas ou meses de prática para que o estudante deixe o estágio associativo [...]" (SALEHI et al., 2021, p. 60.)

4.2.4 Realismo e contexto operacional

O manual valoriza o realismo no treinamento, ao propor que os alunos realizem os exercícios com uniforme completo, colete balístico e acessórios de serviço (PMPB, 2024). Esse é um ponto positivo e converge com o conceito de mentalidade tática apresentado por Santos (2021). As situações policiais se desenvolvem com uma celeridade comparável à dos jogos de

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

futsal e demandam que o profissional possua a habilidade de compreender tudo o que ocorre em instantes (SANTOS, 2021). No entanto, o manual não sistematiza protocolo de simulações complexas de tomada de decisão sob estresse, o que prejudica a formação de respostas automáticas com embasamento jurídico e técnico.

Tendo como base um estudo de Koedijk *et al.* (2019) que avaliou 27 agentes penitenciários em treinamento na Holanda, ao longo de três momentos: antes do curso (pré-teste), no meio (pós-teste 1) e após o curso (pós-teste 2). O programa teve 16 sessões de três horas, abordando técnicas de defesa pessoal como imobilização, aplicação de algema e contenção de ataques.

A avaliação foi feita em cenários realistas, ambientados em setores prisionais com atores profissionais simulando comportamentos agressivos. Os participantes eram observados em tarefas como repelir ataques, manejar o bastão, algemar detentos e ativar alarmes. O desempenho foi avaliado por especialistas usando uma escala de 1 a 7, considerando critérios como proporcionalidade, postura, posicionamento e segurança do preso e do agente.

Embora tenha havido melhora geral após o treinamento, uma parcela considerável (até 73%) ainda apresentou desempenho abaixo do ideal em algumas habilidades, indicando que o curso não foi plenamente eficaz na preparação para situações reais.

Essa evidência reforça a tese de que o simples domínio técnico isolado não garante a transferência de aprendizagem para a prática real, especialmente quando o treinamento não reflete adequadamente o ambiente operacional, como afirmam os autores KOEDIJK, *et al.* (2019).

4.2.5 Importância do treinamento continuado

O manual da PMPB ainda carece de dispositivos que garantam a continuidade do treinamento em defesa pessoal após a formação inicial. Essa lacuna é criticada por Vaz e Lazarotto (2023, p. 21304), que defendem que: “O treinamento continuado em defesa pessoal policial possibilita preparar o agente de segurança para o enfrentamento das situações em que se faz necessário o uso da força, aumentando a eficiência, de maneira a reduzir os danos e lesões dos envolvidos e minimizar a necessidade de uso de força letal”.

Além disso, os autores propõem a criação de núcleos permanentes de defesa pessoal nas unidades operacionais, como estratégia institucional de valorização do preparo técnico e da preservação da integridade dos agentes e da população. Outro aspecto de destaque é o reconhecimento de que o treinamento contínuo impacta positivamente o bem-estar psicológico

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

do policial, promovendo redução do estresse, maior autoconfiança e controle emocional nas abordagens. O treinamento constante de combate por meio da defesa pessoal policial proporciona aprendizado de ação e reação, presteza de movimentos e serenidade para tomada de decisões (VAZ; LAZAROTTO, 2023, p. 21310).

Esse entendimento reforça a necessidade de que a formação inicial – como a do CFSD – seja articulada a programas regulares de atualização e prática supervisionada, garantindo a manutenção e evolução das competências adquiridas.

4.3 ANÁLISE DO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA (CTSP)

O currículo do Curso de Tecnologia em Segurança Pública da Polícia Militar do Estado da Paraíba (CTSP) (PARAÍBA 2024), revela uma preocupação significativa com o uso da força na atuação policial, mas carece de um enfoque mais aprofundado em vivências práticas que envolvam a aplicação desse conhecimento em situações reais. Embora o currículo inclua diversos tópicos que tratam do manejo de armamentos e técnicas de policiamento, a efetividade do uso da força no âmbito policial não pode ser avaliada apenas por meio de habilidades técnicas. A experiência prática, associada a simulações que reproduzam a complexidade das interações cotidianas com a comunidade, é fundamental para preparar os futuros policiais a agir com discernimento e responsabilidade, evitando escaladas desnecessárias de violência.

Além disso, a ausência de vivências práticas que promovam a reflexão sobre o uso da força, em harmonia com a proteção dos direitos humanos, pode levar a um entendimento superficial dos limites éticos e legais que devem reger a atuação policial. É crucial que os profissionais de segurança pública sejam capacitados não apenas em técnicas de controle e combate à criminalidade, mas também em abordagens que enfatizem a desescalada de conflitos, conforme prevê as novas legislações de uso da força e a construção de relações de confiança com a comunidade. A formação deve proporcionar cenários em que os alunos possam vivenciar a tomada de decisões em situações de pressão, refletindo sobre as consequências de suas ações e desenvolvendo competências emocionais que são igualmente importantes para uma atuação policial eficaz e respeitosa. Analisaremos a seguir as disciplinas Especificas de Uso Diferenciado da Forca e Defesa Pessoal Policial

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

4.3.1 Disciplina do uso diferenciado da força

O currículo da disciplina de Uso Diferenciado da Força do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba (PARAÍBA 2024) realiza uma estrutura predominantemente teórica, que pode não se alinhar com a complexidade das situações práticas enfrentadas pelos policiais em suas atividades diárias. É evidente a necessidade de um enfoque mais aplicado, dado que a aplicação do uso da força é um tema sensível e crítico no trabalho policial.

Primeiramente, o currículo se fundamenta em legislações nacionais e internacionais, conceitos teóricos e doutrinas pertinentes ao uso da força. Embora essa base teórica seja essencial para a formação ética e legal dos policiais, sua predominância pode gerar um distanciamento da vivência prática. Muitos policiais, conforme as observações de Bandura (1977), podem enfrentar dificuldades em aplicar o que aprenderam em campo, principalmente quando se deparam com situações de resistência e agressão. Portanto, uma formação que priorize a experiência direta é fundamental.

Em segundo lugar, é imperativo que o currículo inclua uma ênfase clara sobre os diferentes níveis de uso da força. A Resolução n° 12/2016 do Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública (BRASIL 2016) destaca que "é imprescindível que as instituições de segurança pública ofereçam formação adequada e contínua, focando no manejo de situações de resistência e no uso da força". Um treinamento que aumente a compreensão sobre essas nuances, como simulações práticas e estudos de caso, seria essencial para preparar melhor os alunos para a realidade do serviço, permitindo uma avaliação mais precisa das circunstâncias em que o uso da força deve ser aplicado.

Além disso, a metodologia de ensino atual, centrada em aulas expositivas e leitura de textos, pode limitar a capacidade dos alunos de aplicar o conhecimento em contextos práticos. Como sugerem Körner e Staller (2020), a combinação de teoria e prática é essencial para garantir que as competências adquiridas no treinamento sejam transferidas para situações reais de atuação. A inclusão de dinâmicas de grupo e debates deve ser balanceada com exercícios práticos, que simulam cenários reais e exijam que os policiais tomem decisões rápidas e fundamentadas sobre o uso da força. A Portaria 855 (2025) define técnicas de desescalonamento como sendo “procedimentos, táticas ou estratégias utilizadas com o objetivo de reduzir a intensidade de um confronto ou de uma situação com o potencial de gerar violência, minimizando o uso da força”, assim a melhor forma de experimentar tais técnicas seria em experimentos realistas, em combinação entre teoria e prática.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Portanto, para que a disciplina de Uso Diferenciado da Força atinja seu objetivo de formar policiais competentes no uso ético e eficaz da força, deve haver uma reestruturação do conteúdo, priorizando uma abordagem prática, conforme mostra o resultado desta pesquisa. A inclusão de simulações e treinamentos de campo, juntamente com uma contextualização das normas legais aplicadas a situações reais, poderá conferir uma formação mais robusta e alinhada com as demandas da atuação policial, promovendo a confiança no enfrentamento de situações de resistência, como bem observado por Rocha Neto (2022).

4.3.2 Disciplina de defesa pessoal policial

Conforme dados coletados junto ao currículo do Curso do Curso de Tecnologia em Segurança Publica (CTESP) – SD PM – COMBATENTE, da Policia Militar da Paraiba, a disciplina possui uma carga horária de 40horas/aula, possuindo três módulos, totalizando 120 horas/aula, distribuídas entre conteúdos teóricos e práticos, abordando desde a mecânica corporal até técnicas específicas de imobilização, defesa contra agressões físicas e ataques com arma branca ou de fogo. O currículo contempla ainda simulações de situações reais, com exercícios de repetição e feedback (PARAIBA 2024), o que está alinhado a práticas eficazes de ensino motor, conforme descrito por Fitts e Posner (1967) em seu modelo de aprendizagem motora.

Embora questionário da pesquisa tenha sido aplicado a militares que podem ter sido formados com critérios diversos, a matriz curricular atual realiza uma estrutura atualizada e os policiais submetidos à pesquisa apontaram carência de treinamentos, com destaque para a ausência de simulações contínuas e treinamento complementar após o curso de formação. Isso corrobora a ideia de que a autoeficácia, conforme Bandura (1977), não se sustenta apenas na instrução inicial, mas se constrói e fortalece por meio de experiências práticas regulares, reconhecimento social, e ambientes de aprendizagem eficazes.

O tempo dedicado à disciplina (120 horas/aula) pode ser considerado insuficiente diante da complexidade das situações enfrentadas no cotidiano operacional, especialmente aquelas envolvendo indivíduos sob efeito de drogas, em surto psicótico ou com comportamento altamente agressivo.

Além disso, a abordagem do currículo parece não contemplar de forma explícita aspectos emocionais e psicológicos do confronto físico, como controle do estresse, tomada de decisão sob pressão e comunicação verbal em situações de conflito — habilidades diretamente associadas à autoeficácia e à doutrina de uso progressivo da força. A ausência desses elementos

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

pode comprometer a capacidade do policial de agir com segurança e legalidade, conforme preconizado pelo Código de Conduta para encarregados de aplicação da lei (CCEAL) (ONU 1979).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que a maioria dos policiais do 12º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba reconhece a necessidade de aprimorar suas competências técnicas em defesa pessoal, especialmente no enfrentamento de indivíduos agressivos ou resistentes. Essa percepção demonstra elementos essenciais do conceito de autoeficácia, conforme delineado por Bandura (1977) na Teoria Social Cognitiva, segundo a qual a crença do indivíduo em sua capacidade de agir influencia diretamente seu desempenho em contextos desafiadores. A autorreflexão dos policiais sobre sua própria formação indica a presença de mecanismos cognitivos como intencionalidade, autoavaliação e regulação emocional, pilares fundamentais da autoeficácia. Isso representa um ponto de partida promissor para a implantação de programas estruturados de capacitação contínua. Como destacam Azzi e Polydoro (2006), a autoeficácia é construída a partir das experiências vivenciadas e, quando o ambiente institucional não oferece estímulos adequados — como treinamentos simulados, *feedbacks* positivos e apoio psicológico —, a crença na própria eficácia tende a se fragilizar, comprometendo não apenas o desempenho profissional, mas também a saúde mental dos servidores.

A pesquisa revela, de forma recorrente, a percepção coletiva de que os treinamentos atualmente oferecidos são insuficientes frente às exigências do serviço operacional. As sugestões apresentadas pelos participantes, como a inclusão de aulas práticas de jiu-jitsu e outras artes marciais, apontam para o reconhecimento de que o domínio técnico da força deve ser acompanhado de confiança, autocontrole e habilidade para resolução de conflitos, evitando o uso desnecessário ou desproporcional da força.

A formação profissional precisa ser pensada para além da técnica: é preciso desenvolver um *mindset* operacional estratégico, que una conhecimento, disciplina emocional e ética profissional. A literatura aponta caminhos importantes para esse aprimoramento. Conforme destaca Rocha Neto (2025), o treinamento policial deve integrar teoria e prática de maneira equilibrada, utilizando simulações realistas e tecnologias inovadoras como o *biofeedback.* Essa abordagem favorece a transferência efetiva das habilidades aprendidas para o ambiente real de trabalho, aproximando o treinamento das situações que os policiais efetivamente enfrentam nas ruas.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

A Resolução nº 12/2016 do Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública (BRASIL 2016), também reforça a importância da formação continuada e atualizada, comprometida com o uso proporcional da força e com o respeito aos direitos humanos. A atuação policial eficaz está diretamente relacionada à sua capacidade de intervir com responsabilidade, especialmente em situações que envolvam o instituto da legítima defesa, conforme conceituado por Capez (2012).

Além disso, os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade urgente de aprimorar a formação e o treinamento dos policiais militares do 12º BPM, especialmente no que diz respeito ao domínio de indivíduos resistentes ou agressivos. Para enfrentar as lacunas identificadas — como a insuficiência de simulações realistas, a desconexão entre teoria e prática, e a carência de treinamento contínuo —, propõe-se a criação de um Departamento de Defesa Pessoal no âmbito da Polícia Militar da Paraíba. Este departamento, organizado em seções regionais vinculadas a cada batalhão, garantiria capacitação acessível e adaptada às realidades locais, mitigando a sobrecarga operacional crônica, apontada no contexto do 12º BPM. Nele, seria instituído um Grupo de Estudo de Casos, responsável por analisar ocorrências reais no estado e no país, identificar padrões e retroalimentar protocolos operacionais, alinhando-se às demandas por contextualização prática destacadas por Santos (2021). Como também já prevê o decreto 12.341 de 2025 onde prevê no seu art. 6º - v a “implementação, monitoramento e avaliação de ações relacionadas ao uso diferenciado da força, que incluam diagnósticos, padronização de procedimentos e aquisições, entre outros aspectos. ”, devendo o estado e adequar ao dispositivo.

A implementação de simulações realistas com estresse controlado, utilizando atores profissionais e tecnologias como *biofeedback,* replicaria cenários de alta pressão (ex.: abordagens a indivíduos em surto psicótico), suprindo a crítica de Koedijk et al. (2019) sobre a falta de realismo nos treinamentos e formações. Essas simulações seriam acompanhadas de avaliações de desempenho baseadas em métricas de eficácia, proporcionalidade e segurança, conforme modelos como o de Renden (2016). Paralelamente, treinamentos técnicos contínuos em artes marciais aplicadas (jiu-jitsu, Krav Magá) — com parcerias em academias especializadas — responderia à demanda dos policiais por práticas extracurriculares, fortalecendo a autoconfiança e o autocontrole, conforme a Teoria da Autoeficácia de Bandura (1977). Programas periódicos, realizados trimestralmente, focariam em habilidades específicas, como imobilização e comunicação verbal sob estresse, garantindo a manutenção das competências, tal como defendido por Vaz e Lazarotto (2023).

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

A formação também deve integrar aspectos psicológicos e éticos, com debates sobre dilemas jurídicos e uso proporcional da força, mediados por juristas e especialistas em direitos humanos. Essas discussões, baseadas em casos reais, refletiriam sobre legítima defesa e excesso (Greco, 2019), enquanto módulos de gerenciamento do estresse e técnicas de *mindfulness* prepariam os agentes para a tomada de decisão sob pressão, conforme Santos e Menezes (2022).

Para sustentar a eficácia das medidas, um sistema de *feedback* estruturado avaliaria desempenho pós-treinamento e após ocorrências reais, alimentando o Grupo de Estudo de Casos e orientando ajustes curriculares. O reconhecimento de policiais com alto desempenho em simulações fortaleceria a motivação intrínseca, conforme Azzi e Polydoro (2006).

Por fim, é essencial alinhar a formação às diretrizes nacionais e internacionais, revisando o currículo do Curso de Formação de Soldados para incluir mais horas em defesa pessoal, simulações e disciplinas interdisciplinares (ex.: psicologia aplicada), em conformidade com a Resolução nº 12/2016 do CONASP (BRASIL 2016). Parcerias com universidades permitiriam pesquisas aplicadas sobre eficácia metodológica, seguindo modelos como o de Rocha Neto (2022).

A implementação dessas propostas não apenas resolveria as fragilidades apontadas pela pesquisa, mas transformaria a PMPB em referência em formação policial, ética e técnica. Ao unir teoria, prática e reflexão crítica, garantir-se-ia uma atuação mais segura, proporcional e respeitosa aos direitos humanos, elevando a confiança da sociedade nas instituições de segurança pública.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. A.; DILL, K. E. Video games and aggressive thoughts, feelings, and behavior in the laboratory and in life. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 78, n. 4, p. 772-790, 2000.

AWARI. Análise de Dados: **A Importância da Grade Curricular**. Disponível em: https://awari.com.br/analise-de-dados-a-importancia-da-grade-curricular. Acesso em: 17 janeiro 2025.

Azzi, R. G.; Polydoro, S. A. J. (Eds.). (2006). **Auto-eficácia em diferentes contextos**. Campinas, SP: Alínea

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. Psychological Review, Washington, v. 84, n.2, p. 191-215, 1977.

BARROS, M.; SANTOS, A. C. B. dos. Por Dentro da Autoeficácia: um estudo sobre seus fundamentos teóricos, suas fontes e conceitos correlatos. **Revista Espaço Acadêmico - N° 112 - Setembro de 2010**. Acesso em: 16 fevereiro 2025

BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: < https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.> Acesso em: 02 março 2025

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública. **Resolução nº 12, de 21 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre diretrizes para a formação e capacitação dos profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 dez. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Políticas de Segurança Pública. **Resolução n° 12, de 10 de junho de 2016**. Disponível em: URL. Acesso em: 02 março 2025.

BRASIL. **Decreto n° 12.341, de 23 de dezembro de 2024**. Regulamenta o uso da força pelos profissionais de segurança pública. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2024. Disponível em: https://www .planalto.gov.br/CCIVIL_03//_Ato2023 -2026/2024/Decreto/D12341.htm. Acesso em: 20 de maio de 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 855, de 17 de janeiro de 2025**. Regulamenta o uso da força pelos profissionais de segurança pública. Brasília, 2025. Disponível em: 0bb9458d6e6bff87533de8224e9925f6.pdf. Acesso em: 19 Maio 2025.

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal. 16 ed.** São Paulo. SP: Saraiva, 2012

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. Sage Publications, 2014.

FITTS, P.M.; POSNER, M.I. **Human performance.** Brooks/Cole, 1967.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Raio-x das forças de segurança pública do Brasil. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024**. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/237. Acesso em: 20 fevereiro 2025.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo**: Atlas, 2010.

GOMES, J. P.; PEREIRA, I. O.; LIMA, Daniel V. de. A importância da revisão de literatura na pesquisa científica: uma abordagem prática. **Revista Brasileira de Física e Educação em Saúde,** v. 4, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG. Acesso em: 16 janeiro 2025.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal. 21.** ed. Niteroi: Impetus, 2019

LIMA, R. K de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, J. (Org.). **Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais.** Recife: Massangana, 2002 p.199-219.

KOEDIJK, M.; RENDEN, P. G.; OUDEJANS, R. R. D.; HUTTER, R. I. **Training for the job: evaluation of a self-defence training programme for correctional officers. Ergonomics**, v. 62, n. 12, p. 1585–1597, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/00140139.2019.1677947. Acesso em: 17 abr. 2025.

Körner, S., & Staller, M. S. (2020). **Training für den Einsatz I: Plädoyer für ein evidenzbasiertes polizeiliches Einsatztraining**. Die Polizei, 11(5), 165–173.

MIRANDA, A. P. M. **Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação**. Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2008. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net. Acesso em: 17 abril 2025.

Nieuwenhuys A, *et a*l. **Quantifying police officers' arrest and self-defence skills: does performance decrease under pressure? Ergonomics**. Dec;52(12):1460-8. 2009. doi: 10.1080/00140130903287981. PMID: 19941180. Disponivel em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19941180/. Acesso em: 10 Fevereiro 2025.

ONU. **Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei.** [s.I.]: [s.n.], 1979. Disponível em: https://www.un.org/ruleoflaw/files/Código_de_Conduta_para_os_Encarregados_da_Aplicação_da_lei.pdf. Acesso em: 10 abril. 2025.

PARAIBA, Policia Militar. **Currículo do Curso do Curso de Tecnologia em Segurança Publica (CTESP) – SD PM – Comatente**, Joao Pessoa 2024. Disponivel em: https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7450748.60529810-4475. Acesso em: 10 de abril 2025

PARAÍBA, Policia Militar. **Manual de Defesa Pessoal Policial – Curso de Formação de Sodados (CFSd)**. 2. ed. João Pessoa: 2024.

RENDEN, P. G.; SAVELSBERGH Geert JP; OUDEJANS, S.R.D. **Effects of reflex-based self-defence training on police performance in simulated high-pressure arrest situations.**

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc

Ergonomics, Department of Human Research Institute, Amsterdam 2016. Disponivel em: https://doi.org/10.1080/00140139.2016.1205222> Acesso em: 22 fevereiro 2025

RITCHIE, M. A.; LEVINS, K. S.; HEMINGER, A. D. Police officer resistance: A review of research. **Journal of Criminal Justice, v. 27, n. 6, p. 543-557**, 1999.

ROCHA NETO, J. E. da. Condicionamento operante e respondente no treinamento policial para uso da força: possibilidade de um retorno às tradições baseado em evidências. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, Brasília, Brasil, v. 1, n. 2, 2022. DOI: 10.56081/2763-9940/revsusp.v1i2.a12. Disponível em: https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/view/167. Acesso em: 17 abr. 2025.

ROCHA NETO, J. E. da. Os Efeitos Psicofísicos do Estresse de Combate: Intenção, Culpa e Outras Considerações sobre a Análise Jurídica do Uso da Força Policial. **CrimRxiv**, [*s.l.*], Disponivel em: https://www.crimrxiv.com/pub/jdrykvd5/release/1>, Acesso em: 27 abril 2025

SALEHI, S. K. *et al*. **A different look at featured motor learning models. Mov Sport Sci/Sci Mot, n. 112, p. 53–63, 2021**. Disponível em: https://www.researchgate.net. Acesso em: 17 abril 2025.

SANTOS I. M. C., **Mentalidade Tática Policial & As Quatro Etapas do Treinamento de Alto Rendimento,** 1. ed. Juiz de Fora MG: Editora Garcia, 2021

SANTOS, I. M. C.; MENEZES, R. **Cognição e Combate: Fundamentos Cognitivos do Tiro de Combate**. Vitória: Editora Garcia, 2022.

TORRES, Felipe Oppenheimer; COSTA, Diego Marzo. Uso diferenciado da força: inovações para uma abordagem mais segura. **Revista Brasileira Militar de Ciências, v. 8, n. 21, p. 15-28, 2022.** Disponível em: https://doi.org/10.36414/rbmc.v8i21.135. Acesso em 20 maio 2025

VAZ, S. P.; LAZAROTTO, D. A importância do treinamento contínuo em defesa pessoal para a atividade policial militar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 4, p. 21300–21315,** 2023.

VERA-JIMÉNEZ, J.C. *et al*. **Police intervention and risk prevention – OTP: Prevention of occupational risks and protection of citizens**. Saarbrücken: Publica; 2016.

CPMOFN202537966A

Assinado com senha por [CPM85218] [SENHA] SÁVIO MARANHÃO CASCUDO em 23/05/2025 - 08:15hs, [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:49hs e [CPM112076] [SENHA] EDMUNDO TAVARES DA SILVA FILHO em 23/05/2025 - 08:50hs.
Documento Nº: 7796147.63628225-5144 - consulta à autenticidade em
https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7796147.63628225-5144

PBdoc